



## **Assembleia Municipal de Lagoa – Açores**

### **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013 ATA Nº 07/2013**

Aos trinta dias do mês de dezembro, do ano de dois mil e treze, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a sessão ordinária da Assembleia Municipal do concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Albertina Maria Costa Oliveira, da Primeira Secretária, Maria Odete Pinho Cabral, e da Segunda Secretária, Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Frederico Furtado de Sousa, Hermano José Tavares de Medeiros Rego, Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Eduíno Manuel da Ponte Rego; Rui Fernando Dinis Borges de Meneses, Norberto Carlos Cordeiro da Ponte, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Helena de Lurdes Borges Rodrigues Furtado, André Carvalho Almeida, Sónia Maria de Oliveira Arruda Câmara; Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro; Paulo Nuno de Faria Reis, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, Tiago Miguel Luz Almeida, Paula Catarina Castelo Borges Andrade, Jorge Alberto Rego França, Octávio Manuel Borges Cabral, Manuel Francisco Esteireiro Carreiro, Gilberto de Sousa Borges, César Augusto Medeiros Pacheco, Adriana Martins Falcão Rebelo, José Fernando Medeiros Costa e Victória da Silva Couto.

Em representação da Câmara Municipal participaram o Senhor Presidente da Câmara Municipal, acompanhado pelos Vereadores: Cristina de Fátima Silva Calisto Decq Mota, Fernando Jorge Ventura Moniz, José Duarte Barbosa Cabecinha, Elisabete do Carmo Pacheco Tavares, Marco Paulo da Silva Teixeira e Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal começou por saudar todos os presentes, designadamente, os Senhores Deputados Municipais, Vereadores da Câmara Municipal e o público presente e agradeceu, de forma muito especial, a presença de todos os eleitos, referindo que, muito embora aquela reunião constituísse um dever de cada um dos deputados ali presentes, pelo poder de que foram investidos, o que os coloca ao serviço do concelho, não deixava de ser um

esforço, da parte dos que ali se encontravam, em virtude da quadra festiva da época - o Natal e o Ano Novo – festa de grande importância para a instituição familiar. Considerou serem o grupo e a “família” que representavam os concidadãos lagoenses e era por eles e por todos os presentes que se encontravam ali reunidos, no final de um ano tão conturbado, a nível económico e social, que exige de cada um dos deputados municipais eleitos uma maior responsabilidade e empenho, de forma a dignificar o exercício das suas ações às causas públicas.

A Presidente da Assembleia propôs que, tendo sido enviada cópia das atas da primeira sessão, do dia 21 de outubro, e da sessão extraordinária, do dia 27 de novembro, a todos os deputados municipais, fosse dispensada a leitura das mesmas, o que foi aceite por unanimidade.

O Senhor Deputado Municipal, Rui Meneses, começou por questionar, se aquando das intervenções os Deputados Municipais podiam manter-se sentados ou se tinham que se levantar, tendo a Senhora Presidente da Assembleia Municipal esclarecido que, de acordo com o Regimento aprovado pela Assembleia Municipal, os Deputados Municipais devem levantar-se, sempre que pretendam intervir.

Sobre a ata da primeira sessão, o Deputado Municipal, Rui Menezes, propôs a retificação ao 5.º parágrafo, da página número dois, o qual abaixo se transcreve:

“A Senhora Presidente da Assembleia Municipal respondeu ao deputado municipal, referindo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista possuía duas propostas, as quais tinham recebido a concordância de todos os Deputados Municipais do Partido Socialista. Para Primeiro Secretário, a Deputada Municipal, Maria Odete Pinho Cabral; para Segundo Secretário, a Deputada Municipal, Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira”.

O Senhor Deputado justificou que o parágrafo não encerrava um sentido inequívoco, uma vez que não mencionava ser os Deputados Municipais do Partido Socialista, dando a ideia de que era todos os Deputados.

A Senhora Presidente da Assembleia referiu que iriam proceder à referida alteração.

De seguida, passou à votação da ata da primeira sessão, do dia 21 de outubro de 2013, sendo aprovada por maioria dos membros presentes, com a abstenção da Deputada Municipal, Sónia Câmara.

Posteriormente, foi votada a ata da 6.ª sessão ordinária, do dia 27 de novembro, tendo sido aprovada por unanimidade.

No momento seguinte, a Presidente da Assembleia apresentou a correspondência recebida, no período de 5 de setembro a 30 de dezembro de 2013, destacando a de maior relevância:

1- ANMP – Convocatória do XXI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Relativamente àquela convocatória informou de que, no passado dia 23 de novembro, se realizou, em Santarém, o referido Congresso sob o lema “Mais Governo Local, Melhor Portugal”. O Congresso teve como principal destaque a escolha dos novos órgãos dirigentes da Associação Nacional de Municípios Portugueses para o decurso daquele mandato, tendo tido as inscrições a data limite de 13 de novembro de 2013.

A Senhora Presidente informou, ainda, de que, segundo os estatutos da ANMP, participavam no Congresso, o Presidente da Câmara Municipal, que se fez representar pela Vice-Presidente da Câmara, a Presidente da Assembleia Municipal e um Presidente da Junta de Freguesia, eleito pela Assembleia Municipal.

Mais informou de que, em virtude de não se ter realizada a sessão da Assembleia Municipal, antes da data limite do prazo de inscrição, julgou-se conveniente proceder à escolha de um Presidente de Junta de Freguesia, pelo que foi decidido pela Mesa daquele Órgão Deliberativo levar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, José Fernando Costa, para que, em representação de todos os Presidentes de Junta de Freguesia do concelho, participasse no Congresso, passando a Mesa a ter em consideração que, nos próximos congressos a seleção fosse rotativa, caso a Assembleia Municipal concordasse.

2- Também pela sua importância, embora o Orçamento de Estado já tenha sido aprovado, informou de que se encontrava disponível o documento aprovado pelo Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses referente à 1.<sup>a</sup> apreciação sobre a proposta de lei do Orçamento de Estado para 2014, caso algum dos presentes o desejasse consultar;

3- Pela Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores foi enviado o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2014.

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

A Senhora Presidente questionou os membros presentes se desejavam intervir, antes do Período da Ordem do Dia. Não havendo interesse, por parte dos deputados municipais, passou ao Período da Ordem do Dia.

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

### **PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:**

Para conhecimento da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara Municipal informou sobre a atividade Camarária, de acordo com os documentos que foram disponibilizados a todos os deputados municipais.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que referiu ser hábito o Presidente da Câmara prestar os esclarecimentos sentado, julgando poder manter-se esse princípio. Todavia podia levantar-se para intervir, mas dada a sua condição física, naquela sessão, ficaria sentado.

Relativamente ao documento em questão, sobre a atividade camarária desenvolvida nos últimos meses, referiu que estava devidamente explicada, pelo que não tinha nada a acrescentar.

O Deputado Municipal, Frederico Sousa, informou que sobre o plano de atividades de 2013, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não podia deixar de apresentar um voto de congratulação ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, bem como ao anterior e atual executivo, pelas atividades desenvolvidas, com especial destaque para as seguintes situações: a assinatura de dois contratos-promessa para o Tecnoparque, nomeadamente com a empresa Hospital Particular São Lucas SA, para a instalação de um hospital privado e com a empresa IsoPor – Isótopos, para Diagnóstico e Terapêutica SA; a certificação do GAM – Gabinete de Apoio ao Município; a acreditação da piscina do Aquafit pela Direção Regional de Saúde e o esforço na redução do prazo de pagamento, para 29 dias.

Considerou que todas as situações referidas eram motivo de orgulho para o executivo e fez votos para que o ano de 2014 se pautasse pela mesma exigência e sucesso.

### **PONTO N.º 2 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2014:**

De acordo com o estipulado no Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, foi presente a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para o ano financeiro de 2014.

Na proposta do orçamento da Câmara, foi prevista uma receita total 10.800.000,00 € (dez milhões e oitocentos mil euros), sendo 8.598.751,00 € (oito milhões quinhentos e noventa e oito mil setecentos e cinquenta e um euros) de receitas correntes e 2.201.249,00 € (dois milhões duzentos e um mil duzentos e quarenta e nove euros) de receitas de capital, para uma despesa de igual montante, sendo 7.224.861,00 € (sete milhões duzentos e vinte e quatro mil oitocentos e sessenta e um euros) de despesas correntes e 3.575.139,00 € (três milhões quinhentos e setenta e cinco mil cento e trinta e nove euros) de despesas de capital.

O investimento imputado ao Plano Plurianual de Investimentos foi no montante de 2.249.059,00 € (dois milhões duzentos e quarenta e nove mil e cinquenta e nove euros) e no Plano de Atividades Municipal foi de 242.280,00 € (duzentos e quarenta e dois mil duzentos e oitenta euros), totalizando as Grandes Opções do Plano em 2.491.339,00 € (dois milhões quatrocentos e noventa e um mil trezentos e trinta e nove euros).

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que leu uma nota explicativa, relativa ao documento em questão. Informou de que, posteriormente, estaria disponível para esclarecer eventuais questões que os Senhores Deputados Municipais entendessem colocar.

“Os documentos disponibilizados são claros em relação ao enquadramento económico-financeiro atual e no que se refere às opções tomadas pelo executivo. Como sabem os Municípios nos últimos anos foram sujeitos a um conjunto de medidas de natureza administrativa e a cortes sucessivos nas suas receitas que colocaram em causa os propósitos do poder local e a sua capacidade empreendedora na resolução dos problemas que afligem as suas populações.

Por outro lado a forte crise económica e financeira em que o país se encontra mergulhado já há vários anos, motivaram uma quebra de receitas e impostos sem precedentes.

Devo recordar que entre 2008 e 2013 o Município perdeu 4,7 M€ em impostos e taxas provenientes da atividade da construção civil e que, em quatro anos perdemos 1,7M€ de transferências do Orçamento do Estado.

É também verdade que os Municípios em geral e o da Lagoa em particular, não tem condições objetivas e reais de compensar estas quebras de receita, pelo que,

o equilíbrio orçamental ao longo destes anos teve que ser efetuado por via da redução da despesa.

Este plano e orçamento é o plano possível, tendo em conta o quadro económico-financeiro em que estamos inseridos.

Por outro lado é um documento que dá resposta às nossas preocupações sociais daí que não estão previstos aumentos de taxas e de prestações de serviço.

Dá continuidade e reforça em alguns casos, as políticas sociais como seja, a questão da empregabilidade local, o Fundo de Emergência Social e o Apoio à Recuperação da Habitação Degradada.

No domínio da empregabilidade local prevê o recurso aos programas de apoio promovidos pelo Governo Regional dos Açores, que atualmente são responsáveis pela ocupação de 162 colaboradores no Município.

Considerando a aplicação das normas do Orçamento do Estado para 2014 teríamos um défice orçamental de 265 mil euros que teve que ser anulado pela redução da despesa.

Daí a dificuldade que o Município tem, neste momento, em aumentar as transferências para as instituições. Contudo isso não nos impediu de chegar a acordo com o Vereador do PSD, José Cabecinha, no aumento de 5% nas transferências para as Juntas de Freguesia, por forma, a garantir a unanimidade neste Plano e Orçamento.

Entendemos que nesta fase que atravessamos “a união faz a força”.

Recordo por isso duas pequenas passagens de meu discurso de tomada de posse: “Não penso que o papel reservado à oposição seja apenas o de se opor. Quero, sinceramente, o maior número de situações em que o consenso seja possível e que a sua ajuda represente uma melhoria na ação que podemos prestar para o progresso da Lagoa e para o bem-estar dos lagoenses”.

“Apelo-vos assim a adotarem esta atitude positiva e convicta de que a “união faz a força”, porque se assim for quem ganha é o concelho e as suas freguesias.”

Daí que quando se coloca os interesses coletivos da Lagoa acima dos interesses políticos quem fica a ganhar são os lagoenses e não o partido A ou B.

Apesar da forte maioria que o PS tem na Câmara Municipal, seis dos sete mandatos, não consideramos irrelevantes as propostas apresentadas pela oposição, muito pelo contrário, valorizámo-las numa atitude de maturidade

política e de humildade democrática, um bom exemplo para a Região e para o País.

Registo por isso com muita satisfação a postura do Vereador José Cabecinha neste processo. Independentemente dos menos ou mais 5% nas transferências para as Juntas de Freguesia, devo recordar que no primeiro ano que assumi a presidência da Autarquia as transferências para as Juntas de Freguesia foram aumentadas substancialmente. O Município de Lagoa orgulha-se de ser dos Municípios que mais apoia as suas Juntas de Freguesia, daí que nestes últimos nove anos, sob a minha presidência, tenha transferido 3,2M€”.

Acrescentou, ainda que na introdução ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para o ano financeiro de 2014, foi feita uma explicação, bastante detalhada, dos considerandos que foram tidos em atenção na sua elaboração. Naquele ano, teve-se a preocupação de fazer algumas alterações, para que o documento ficasse o mais objetivo e transparente possível.

O Senhor Deputado Municipal, Rui Menezes, informou que o Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata também se orgulha de colaborar, quando possível. Disse, ainda, ser óbvio que o orçamento não era do Partido Social-Democrata, porque este não era o executivo, uma vez que perderam as eleições autárquicas, mas optaram por uma atitude que não era a primeira vez que sucedia, como referiu o Senhor Presidente. Relembrou que, no ano de 2002 ou 2003, já tinha sido aprovado, por unanimidade, o orçamento e plano de atividades da Autarquia. Pontualmente, e como quase sempre está em minoria, o Partido Social Democrata tem vindo a propor algumas alterações aos orçamentos, com o intuito de ir ao encontro daquilo que defende nas campanhas eleitorais.

Aquando da campanha eleitoral, defendeu o reforço das transferências para as Juntas de Freguesia, dada a proximidade que estas tinham com as populações. Daí que fosse conveniente disponibilizar-lhes mais verba para fazer face às suas necessidades. Realçou que não foi por uma questão política, uma vez que existiam quatro Juntas de Freguesia do Partido Socialista e, apenas, uma pertencia ao Partido Social Democrata, defendendo que as Juntas de Freguesia podiam, assim, fazer face a situações pontuais que, eventualmente, podiam surgir.

Referiu que foi com agrado que definiram e negociaram aquele acordo e como tal iriam votar a favor do documento.

Também afirmou que gostariam de ter solicitado o aumento de 5% para as instituições do concelho, à semelhança do que já sucedeu, mas reconhecendo as dificuldades que a Câmara Municipal estava a passar, não avançaram com a proposta. Fez votos para que as Juntas de Freguesia aplicassem, da melhor forma possível, o acréscimo do valor dos acordos de execução, conseguido graças ao “engenho e arte” do Grupo Parlamentar do PSD. Agradeceu, ainda, o espírito de abertura manifestado pela Câmara Municipal naquele processo, que possibilitou a aprovação, por parte do Partido Social-Democrata, do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade.

- 1.º** Aprovar o Orçamento para 2014, no montante de 10.800.000,00 € (dez milhões e oitocentos mil euros);
- 2.º** Aprovar as Grandes Opções do Plano para 2014;
- 3.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Pelo Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Lagoa, foi presente a a declaração de voto, abaixo transcrita, que mereceu o voto favorável do Grupo do Partido Socialista:

“Relativamente ao Plano e Orçamento apresentado para 2014, o grupo parlamentar do PS tem uma posição de concordância com o mesmo e apresenta assim um voto de confiança no atual executivo na execução do mesmo. Achamos que a redução drástica e cega de receitas imposta pelo governo de coligação PSD/CDS que atualmente lidera o País, apresenta dificuldades acrescidas aos Municípios na missão de descentralização da gestão do território. Acrescido a esta dificuldade está a crescente solicitação por parte da população mais carenciada junto das autarquias, a que a autarquia da Lagoa não é de todo alheia. O Plano e Orçamento apresentado é na nossa opinião o possível, tendo em conta todas as restrições impostas externamente.

Mas é também um Plano e Orçamento que ao contrário do da própria República para 2014 apresenta a redução da despesa como garante do equilíbrio orçamental e ainda contribuí para o crescimento da economia local através da



manutenção em valores mínimos de taxas e impostos, e até aumentando o alargamento de isenções em determinadas taxas, sem nunca menosprezar o investimento e os apoios sociais (diretos e indiretos), como é o caso da reabilitação da habitação degradada e o fundo de emergência social.

Recomendamos ao executivo camarário que efetue em 2014 uma nova candidatura ao programa de incentivo, promovido pelo Governo Regional dos Açores, 'Recuperar' no sentido de serem admitidos novos colaboradores lagoenses, contribuindo assim para a redução de desemprego no concelho.

Sabendo que neste momento a definição das linhas e respetivos programas operacionais para os fundos comunitários ainda não estão completamente definidos, recomendamos que assim que possível seja feita uma revisão orçamental, de forma a serem concretizadas as candidaturas para alguns dos projetos que fizeram parte do manifesto eleitoral do Partido Socialista.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista felicita o atual executivo pela aprovação deste Plano e Orçamento em reunião de câmara por unanimidade, não obstante a existência de uma maioria absoluta, demonstrando assim uma enorme humildade democrática do Presidente de Câmara e de todos os elementos do executivo eleitos pelo Partido Socialista.

Foi, pois, neste contexto, que o Grupo do PS votou favoravelmente o ponto em análise.”

O Senhor Deputado, Rui Meneses, mencionou que gostaria de deixar um voto de confiança ao Vereador, José Duarte Cabecinha, e aos senhores Deputados Municipais.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, em nome da verdade e do rigor, no ano de 2002, foi aprovado, por unanimidade, o orçamento e grandes opções do plano para o ano financeiro de 2003. Na ocasião os Vereadores do PSD, José Hilário Rego e Rui Meneses, apresentaram um conjunto de propostas, tendo umas sido aceites e outras não.

Em sua opinião, a aprovação do orçamento e grandes opções do plano para o ano financeiro de 2014, não deixava de ser um acordo histórico.

Esclareceu que, quanto à questão dos programas operacionais para os fundos comunitários, os regulamentos que suportam os mesmos estavam atrasados, sendo conhecidos os seus eixos, mas ignorados o tipo de projetos que podiam ser alvo de candidatura. Com o intuito de não serem criadas falsas

expetativas, e por uma questão de prudência, não colocaram as referidas ações, acrescentando que seria elaborada uma Revisão Orçamental, aquando da divulgação dos regulamentos

No que respeita ao projeto "Recuperar" a Autarquia possuía, atualmente, 39 trabalhadores, ao abrigo daquele programa. Tinha conhecimento que o Governo Regional iria abrir uma nova candidatura, no próximo mês de janeiro, e no orçamento foi prevista alguma folga para o efeito, porque entendia que aqueles projetos eram muito importantes, pois conferiam uma maior capacidade operacional dos serviços e contribuía para ajudar financeiramente as famílias, com maiores dificuldades.

### **PONTO N.º 3 – 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2013:**

Pela Câmara Municipal foi presente a 3.ª Revisão ao Orçamento da Despesa do corrente ano, de acordo com o que preconiza o Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, conforme proposta que abaixo se transcreve:

"Torna-se necessário proceder a 3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o que preconizado no Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua atual redação, de forma a corrigir os valores do orçamento inicial, em virtude de não terem sido iniciadas ou concretizadas diversas ações do plano, na poupança efetuada em algumas rubricas em relação ao valor orçamentado e a não transferência de verbas para a Portas da Lagoa, S.A. por suficiência de meios financeiros para os seus compromissos.

#### **Anulação da Despesa Corrente:**

040802 – Transferências Correntes – Outras – 46.500,00€

060201 – Impostos e taxas - 54.076,00€

#### **Anulação da Despesa Capital:**

Obra 7/2010 – Instalação do Museu do Presépio – 30.000,00€

Obra 2/2012 – Instalação do Museu Etnográfico do Cabouco – 3.000,00€

Obra 4/2012 – Instalação da Casa das Memórias do Convento dos Frades – 3.300,00€

Obra 4/2013 – Remodelação do Auditório João Ferreira da Silva – 150.000,00€

Obra 6/2013 – Instalação do Núcleo Museológico “ A cultura do brinquedo popular – Património de Infância – 5.000,00€

Obra 6/2012 – Construção de instalações Sanitárias no Porto dos Carneiros e Construção de Armazém de apoio às atividades marítimas no Portinho de S. Pedro – 1.000,00€

Obra 01/2013 – Passeio Marítimo da cidade de Lagoa – 13.315,00€

Obra 44/2002 – Construção da ETAR em Água de Pau – 10.000,00€

Obra 53/2002 – Ampliação da Rede Distribuição de água no Concelho de Lagoa – 20.000,00€

Obra 01/2004 – Aquisição de contadores de água – 10.000,00€

Obra 19/2007 – Remodelação de Vários Troços de Estradas Municipais – 449.151,00€

Obra 40/2007 – Aquisição de Terrenos – 5.000,00€

Obra 83/2002 – Outros Edifícios – 50.000,00€

Obra 88/2002 – Aquisição de Equipamento Informático – 10.000,00€

Obra 89/2002 – Aquisição de Software – 10.000,00€

Obra 16/2006 – Construção da Sede Escoteiros Cabouco – 3.500,00€

Obra 05/2012 – Aquisição de Equipamento de ar condicionado – 4.000,00€

Obra 07/2012 – Aquisição de Equipamento Administrativo – 6.000,00€

Obra 02/2012 – Contrato programa – Projeto Tecnoparque - 800.000,00€

**Anulação da Receita Corrente:**

06.04.01 – Transferências Correntes – Região Autónoma dos Açores – 100.576,00€

**Anulação da Receita Capital:**

10030702 – Transferências de Capital – Fundos Comunitários – 1.582.966,00€”.

A Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que o objetivo daquela Revisão Orçamental foi anular a despesa de ações, que não foram iniciadas ou que foram executadas com valor inferior ao previsto, inicialmente.

Foi, igualmente, anulada a respetiva receita, originando, consequentemente, um valor do orçamento inferior ao, inicialmente, aprovado.

O Senhor Deputado Municipal, Rui Meneses, esclareceu que, em virtude de terem tomado posse, recentemente, o Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata

não estava devidamente abalizado para julgar se o Município trabalhou bem ou mal, pelo que não tendo aquele conhecimento, iria abster-se na votação, ressaltando que, no próximo ano, já teria, decerto, opinião, que permitiria avaliar o assunto em causa.

O Deputado Municipal, Frederico Sousa, questionou, se a Autarquia já havia liquidado o empréstimo de curto prazo contraído no corrente ano, tendo o Senhor Presidente da Câmara informado que, no passado dia 23 de dezembro, o mesmo já havia sido liquidado.

Foi pela Senhora Presidente da Assembleia posto à votação a 3.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, do corrente ano, tendo a Assembleia, sobre o referido documento, deliberado, por maioria, com 6 abstenções dos Deputados Municipais, Hermano Rego, Rui Meneses, Helena Furtado, Paulo Reis, Jorge França e Adriana Rebelo, dos vinte e seis membros presentes:

- 1.º** Aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, do corrente ano, no montante de € 1.683.542,00€ (um milhão seiscentos e oitenta e três mil quinhentos e quarenta e dois euros);
- 2.º** Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em ata, de acordo com o Decreto-Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, com a nova redação dada ao artigo 5.º pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto;
- 3.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 4 – PROPOSTA – NOVA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS:**

Para conhecimento da Assembleia Municipal, foi presente pela Câmara Municipal a nova estrutura e organização dos Serviços Municipais.

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que a nova estrutura e organização dos Serviços Municipais entrava em vigor, no dia 2 de janeiro, tendo como principal objetivo dar resposta à integração das atividades que estavam na Empresa Municipal de Lagoa, cuja cessação ocorria no final daquele ano. Tratava-se de uma estrutura muito flexível e ajustada às necessidades do Município, estando a ser cumprido

os rácios definidos pela legislação em vigor. Referiu, a título de exemplo, que a Autarquia poderia ter 4 unidades orgânicas e só tinha 3 e que as Subunidades Orgânicas também estavam muito aquém do número legalmente permitido.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

**PONTO N.º 5 – PROPOSTA – MAPA DE PESSOAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2014:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2014, nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação de carreiras e de Remunerações dos trabalhadores, que exercem funções públicas, elaborada com base na Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, de acordo com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro.

A Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que o referido mapa de pessoal prevê a abertura de lugares para o pessoal, que irá ser internalizado no Município, por via da dissolução da Empresa Municipal, e que iniciavam a sua atividade no Município, no próximo dia 2 de janeiro.

O Deputado Municipal, Frederico Sousa, questionou, se por força da integração dos 26 trabalhadores que se encontravam afetos à Empresa Municipal de Lagoa, ficaria comprometido o corte de 2% anual, imposto pelo Governo da República.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que, nos termos da legislação que regulava aquela matéria, o cálculo de redução anual de 2% não incluía o pessoal que entraria nos quadros das Autarquias, por via da internalização da Empresa Municipal de Lagoa, pelo que aquele cálculo não ficaria comprometido.

Aproveitou a oportunidade para referir que, naquele ano, o Município conseguiu atingir aquele objetivo, por via de processos de reforma e pelo falecimento de um trabalhador. Para o próximo ano, ainda era uma incógnita, mas em caso de incumprimento haveria lugar a uma redução das transferências do Orçamento do Estado para a Autarquia, no montante equivalente ao que resultaria, em termos de poupança, com a efetiva redução de pessoal.

O Senhor Deputado Municipal, Rui Meneses, justificou a abstenção do Partido Social-Democrata, pois entendia que, apenas, o executivo tinha conhecimento de como dispor, da melhor forma, os seus meios humanos.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 6 abstenções dos Deputados Municipais, Hermano Rego, Rui Meneses, Helena Furtado, Paulo Reis, Jorge França e Adriana Rebelo, dos vinte e seis membros presentes:

**1.º** Aprovar a proposta apresentada do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa para 2014, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro;

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Relativamente aos pontos números 6 a 10, o Senhor Presidente propôs que aqueles fossem analisados em conjunto, dado serem do mesmo teor.

Assim, esclareceu que os acordos de execução propostos resultaram de reuniões realizadas com os Presidentes das Juntas de Freguesia e com a Vice-Presidente, sendo que os valores a considerar, no âmbito da delegação de competências, seriam de mais 5% do que os montantes transferidos em 2013.

Aproveitou, ainda, para referir que a entrada em vigor da nova Lei das Autarquias Locais (Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro), previa uma série de delegações de competências para as Juntas de Freguesia, que para aquela Autarquia não era novidade, dado ser uma prática daquele concelho, há muitos anos.

A referida legislação entrou em vigor, no passado dia 30 de setembro, entretanto decorreu a tomada de posse do novo executivo e a preparação do orçamento e plano de atividades para ano de 2014, pelo que, ainda, não tinha havido tempo de analisar, profundamente, a referida Lei. Oportunamente, iriam proceder a uma análise dos acordos de execução de cada Junta de Freguesia e das competências delegadas, para a eventualidade de haver necessidade de reajustamentos dos mesmos acordos.

Informou que deixou o compromisso, na reunião camarária, de que se houvesse necessidade de se elaborar ou executar alterações orçamentais, do ponto de vista

financeiro, aquelas seriam acompanhadas pelo Vereador, José Duarte Cabecinha, para que no final não se desvirtuasse o que tinha sido aprovado.

Alertou os Presidentes de Junta de Freguesia para a necessidade de convocarem uma reunião extraordinária das Assembleias de Freguesia, com um prazo mínimo, para a aprovação daquelas delegações de competências.

O Senhor Deputado Municipal, Gilberto Borges, Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, informou de que as Juntas de Freguesia já aprovaram os seus orçamentos para o próximo ano, com base no valor que ficou acordado, ou seja, com base no protocolo que já existia, de menos 5%.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, naquele caso, as Juntas de Freguesia poderiam elaborar uma Revisão Orçamental para dar entrada daquele valor. Era da competência dos dois órgãos deliberativos, Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia aprovar os referidos acordos de execução.

#### **PONTO N.º 6 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal, naquela Freguesia, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade.

**1.º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 7 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Santa Cruz, para a concretização de delegação de

competências da Câmara Municipal, naquela Freguesia, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade.

**1.º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia de Santa Cruz, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 8 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUA DE PAU:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Água de Pau, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal, naquela Freguesia, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade.

**1.º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia de Água de Pau, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 9 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DO CABOUÇO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia do Cabouço, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal, naquela Freguesia, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade.



**1.º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia do Cabouco, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 10 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DA RIBEIRA CHÃ:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia do Ribeira Chã, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal, naquela Freguesia, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade.

**1.º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia da Ribeira Chã, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 11 – PROPOSTA – COMPARTICIPAÇÃO NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NO ÂMBITO DO CARTÃO DO IDOSO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de comparticipação na aquisição de medicamentos, no âmbito do cartão do idoso, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando o disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento para atribuição do Cartão Municipal do Idoso na área do Município de Lagoa – Açores, em concreto a previsão da possibilidade de, anualmente, a Câmara Municipal de Lagoa poder conceder outros benefícios aos titulares do cartão de idoso;

Considerando que em 2014 prevê-se que seja mais um ano de grandes constrangimentos socioeconómicos para muitas famílias, com maior impacto junto dos mais carenciados e mais idosos;

Neste sentido, proponho que, ao nível do apoio para a aquisição de medicamentos, a Câmara Municipal aprove que se mantenha os atuais 15,00 € de comparticipação mensal, no decurso de 2014”.

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que aquela proposta mantinha, em 2014, o apoio extraordinário de 15€ na comparticipação da aquisição de medicamentos, no âmbito do cartão do idoso.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade.

**1.º** Aprovar a alteração do Regulamento para Atribuição do Cartão Municipal do Idoso na área do Município de Lagoa – Açores, nos termos da g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

## **PONTO N.º 12 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO AO ARTIGO 18.º DO REGULAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA - AÇORES:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, propondo a alteração do artigo 18.º e cujo teor abaixo se transcreve:

“Atendendo à conjuntura económica atual, em que se perspetiva a continuação da queda do mercado automóvel potenciando o aumento das dificuldades financeiras das empresas do setor, e, em especial, dos concessionários de automóveis, que apresentam perdas de receitas significativas.

Em face deste período de grandes dificuldades económicas, urge tomar medidas que estimulem a economia e que potencializem, pelo menos, a sustentabilidade das empresas ligadas a este setor de atividade e os respetivos postos de trabalho. Para proporcionar um bom serviço e potencializar a oferta dos seus produtos, as empresas do setor automóvel têm por hábito requerer a ocupação de espaço de domínio público junto aos seus estabelecimentos destinado à promoção de venda de viaturas e divulgação do comércio automóvel da Lagoa, através da exposição das mesmas.

Cada vez mais, este tipo de serviço é essencial para colmatar a dramática situação vivida pelas empresas do comércio automóvel, permitindo maximizar a sua oferta.

Não obstante, de acordo com a atual redação do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças, esta ocupação do espaço do domínio público está sujeita ao prévio pagamento de uma taxa.

Esta taxa acarreta um custo significativo para os respetivos requerentes o qual, de acordo com a tabela em vigor apresenta os seguintes valores (€74,75/Por viatura ligeira/mês).

Em função dos valores previstos e da atual conjuntura económico-financeira que atravessámos, muitos comerciantes não têm condições para requerer a ocupação do espaço público.

É um facto que, neste momento, está em curso a alteração ao regime que simplifica o exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa “Licenciamento Zero”, destinada a reduzir encargos administrativos sobre os cidadãos e empresas, concretamente prevendo a eliminação de licenças para ocupação de espaço de domínio público.

Assim, perante o atual quadro legal em vigor e como medida de estímulo ao comércio local, proponho a seguinte alteração ao Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, em concreto o artigo 18.º, referente a “Ocupações Diversas”, por forma a isentar, na totalidade, as taxas devidas pelo licenciamento de ocupação de espaço de domínio público municipal para exposição de viaturas, pertencentes a empresas com sede no concelho.

Estas alterações vigorarão até ao termo do ano de 2014.

Assim, proponho que a alteração do artigo 18.º do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, passe a ter a seguinte redação:

#### Artigo 18.º

#### Ocupações Diversas

1. -----
2. -----
3. -----
4. -----
5. -----

6. -----
7. -----
8. -----
9. -----
10. -----
11. Temporária e transitoriamente, até 31 do mês de dezembro do ano de 2014, o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público municipal para exposição de viaturas pertencentes a empresas com sede no concelho, previsto no ponto 8 está totalmente isento do pagamento de qualquer taxa. "

A Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que a proposta apresentada foi no sentido de alargar uma isenção de taxas de ocupação do solo a empresas com sede no concelho, à semelhança do deliberado no ano passado para as esplanadas da restauração, como medida de auxílio à economia local.

A Deputada Municipal, Helena Furtado, sugeriu que aquela medida fosse também alargada a todo o comércio tradicional, dado que os comerciantes, também, poderiam expor os seus produtos no passeio em frente aos seus estabelecimentos comerciais. O que estava, atualmente, em vigor só privilegiava dois ramos, designadamente o da restauração e o do automóvel, sendo que um empresário do comércio tradicional que pretendesse ocupar a via pública para expor os seus produtos, teria de que pagar a taxa prevista na tabela, face ao número de metros quadrados ocupados. Considerava que, quanto à forma o conceito estava bem formulado, apresentando, todavia, algumas imprecisões no seu conteúdo.

Sobre a proposta apresentada, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o que estava em causa era a isenção das taxas de ocupação da via pública quer para a restauração, quer para o ramo automóvel. Esclareceu, ainda, que os pedidos para aquele efeito tinham de ser apresentados e aprovados pela Autarquia.

Quanto à questão levantada, informou de que a mesma iria ser avaliada, uma vez que era uma questão pertinente, pelo que iria entrar em contato com o Nelag.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 7 abstenções dos Deputados Municipais, Hermano Rego, Rui Meneses, Helena Furtado, Paulo Reis, Jorge França, Adriana Rebelo e Sónia Câmara, dos vinte e seis membros presentes:

**1.º** Aprovar a alteração do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, - art. 18.º - Ocupações Diversas, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **PONTO N.º 13 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA - AÇORES:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que este município possui neste momento regulamentos próprios que englobam algumas das taxas previstas na Tabela de Taxas e Licenças;

Considerando que algumas das taxas previstas na atual tabela enquadram-se na categoria de preços, devendo os mesmos serem contemplados numa tabela própria;

Considerando que não há lugar a alterações às taxas atualmente praticadas na referida tabela necessitando apenas de se proceder à revisão da sua redação;

Proponho a aprovação da nova redação da Tabela de Taxas e Licenças a qual se anexa.”

Anexo à proposta foi presente a nova redação da Tabela de Taxas e Licenças.

A Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que a alteração ao Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores resultava da supressão de taxas, que foram consideradas preços de serviços públicos, realçando que não houve qualquer aumento no valor das taxas.

Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade.

**1.º** Aprovar a alteração do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 14 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa – Açores, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que a Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária de 29/11/2011, aprovou a alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa – Açores, permitindo um regime excecional para os anos de 2012 e 2013 de uma redução direta nas taxas de construção, nomeadamente as TE (taxa de emissão) e TMU (taxa pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas) do Capítulo VII do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa – Açores);

Atendendo à recessão económico-financeira que o País está a atravessar e que não se prevê uma evolução favorável para o ano de 2014;

Considerando que a Câmara Municipal de Lagoa continua empenhada em criar condições para a fixação de pessoas e empresas no Concelho, na promoção da economia local e na criação de emprego, propõe-se a prorrogação do regime de exceção durante o ano de 2014.”

A Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que aquela proposta surgiu no sentido de se manter as condições especiais de redução e isenção de taxas e licenças para a construção de novas habitações, tendo em vista não só a promoção de novos investimentos imobiliários no concelho, mas também a dinamização da economia local.

Informou de que existia nas operações de loteamento e nas edificações de habitações coletivas uma redução de 20%; nas edificações destinadas a comércio, ou serviços uma redução de 30% e nas habitações unifamiliares, igualmente, uma redução de 30%.

Acrescentou que na proposta se previa, ainda, a isenção de taxas urbanísticas nas freguesias de Ribeira Chã e Remédios, mantendo-se por mais um ano aquele regime especial.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade.

**1.º** Aprovar a alteração do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa – Açores, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 15 – PROPOSTA – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PELA CÂMARA MUNICIPAL:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de autorização prévia genérica, no âmbito da Lei dos Compromissos, que abaixo se transcreve:

“Considerando o que dispõe o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 8 de junho, na sua atual redação, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando ainda que, e por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, que aprova as regras

aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;

Considerando, outrossim, que o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano;

Considerando que, atenta esta faculdade, e ainda a celeridade, eficácia e boa implementação da estratégia de desenvolvimento municipal justamente desenvolvida pelos órgãos de Município, nomeadamente através da aprovação dos documentos previsionais, importa que seja solicitada a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 8 de junho, na sua atual redação, dado que parte do citado normativo foi revogado pela lei dos compromissos (artigo 13.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação);

Considerando ainda o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 4/2002, de 6 de fevereiro, e n.º 9/2002, de 5 de março, e alterada pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;

Assim, proponho o seguinte:

**1.º** Que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal proposta para que este órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

**2.º** Que delibere solicitar à Assembleia Municipal que este órgão, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, na autorização prévia genérica favorável à assunção



de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal abranja ainda os encargos não previstos no PPI que não excedam o limite de 99.759,58 € euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;

**3.º** Que delibere ainda a Câmara Municipal que a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo seja dada na condição que, além das condições previstas acima, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e no Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, na sua atual redação, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;

**4.º** Que mais delibere a Câmara Municipal que, na sequência do pedido de autorização prévia formulado, seja igualmente autorizada a delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 e 2, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública;

**5.º** Que delibere ainda a Câmara Municipal que, com a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo, prestará informação trimestral da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente informação.”

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que, fundamentalmente, aquela proposta resultava da aplicação da Lei dos Compromissos. Numa linguagem corrente e sem entrar em pormenores exaustivos, explicou que os orçamentos camarários são aprovados pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, mas o Governo da República entendeu que não era suficiente e concebeu a Lei dos Compromissos, em que os Municípios que tinham tesouraria podiam executar e os que não tinham, não poderiam executar.

A forma encontrada para contornar aquela situação era a antecipação de fundos disponíveis, a qual teria de ser aprovada pela Assembleia Municipal. Não julgava exequível, sempre que houvesse necessidade de aumentar os fundos disponíveis,

que fosse convocada uma sessão da Assembleia Municipal. Daí a elaboração daquela proposta, que teria de ser aprovada pelo órgão deliberativo.

Aproveitou a oportunidade para informar os Presidentes de Junta de Freguesia que a Lei dos Compromissos também se aplicava às Freguesias.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade.

**1.º** Aprovar a proposta de autorização prévia genérica, no âmbito da Lei dos Compromissos;

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 16 – DESAFETAÇÃO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO – PORTINHO DE SÃO PEDRO – ROSÁRIO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a informação elaborada pela Chefe de Divisão de Administração Geral, referente à desafetação de duas parcelas de terreno do domínio público para integrar o domínio privado do Município:

“Considerando que:

- O Município de Lagoa é proprietário de duas parcelas de terreno, infra melhor identificadas, com as áreas de, aproximadamente, 55m<sup>2</sup> e 263m<sup>2</sup>, respetivamente, e são ambas sitas ao Portinho de São Pedro, freguesia do Rosário, Concelho de Lagoa;
- Pretende-se desafetar as referidas parcelas de terreno do domínio público do município para serem integradas no domínio privado do Município por forma a serem, posteriormente, permutadas pela parcela de terreno propriedade do Sr. António Vieira que confina a sul e poente com o prédio onde hoje está edificado o Clube Náutico de Lagoa;
- A pretendida permuta permitirá ao Município de Lagoa ter parcela de terreno confinante com o Clube Náutico de Lagoa podendo, eventualmente, servir para, caso necessário, ampliar as suas instalações ou ali instalar outro equipamento de interesse público, permitindo, desta forma, uma harmoniosa integração paisagista no local e funcionalidade nos referidos equipamentos.

- Nestes termos, proponho, ao abrigo do disposto nas alíneas g) e ccc) do n.º 1, do artigo 33º e alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 2 de setembro, que se delibere:

**1-** Submeter à aprovação da Assembleia Municipal, autorização de desafetação do domínio público municipal para as afetar ao domínio privado do Município, de modo a permitir a sua posterior permuta, nos termos supra expostos, das seguintes parcelas de terreno:

**A)** 55m<sup>2</sup> de terreno, sito ao Portinho de São Pedro, freguesia do Rosário, Concelho de Lagoa, que ficará a confrontar a Norte – Município de Lagoa - Açores; Sul – António José da Silva Martins Vieira; Nascente – Caminho e a Poente – António José da Silva Martins Vieira, no valor de 1.200,00€ (mil e duzentos euros), resultante da avaliação efetuada pelos Serviços Camarários;

**B)** 263m<sup>2</sup> de terreno, sito ao Portinho de São Pedro, freguesia do Rosário, Concelho de Lagoa, que ficará a confrontar a Norte – Manuel dos Reis Ninguém, cabeça-de-casal-herança-de; Sul – Município de Lagoa - Açores; Nascente – Caminho e a Poente – Veríssimo Lopes, no valor de 6.000,00€ (seis mil euros), resultante da avaliação efetuada pelos Serviços Camarários.

**2-** Proceder à afixação de Edital nos locais do costume, pelo prazo de 10 dias úteis.”

A Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que se tratava de uma autorização com vista à permuta de terrenos, no Portinho de São Pedro, entre o Município e um particular, de modo a que o futuro terreno do Município ficasse a confrontar com o terreno onde se encontrava edificada a sede do Clube Náutico.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade.

**1.º** Aprovar a desafetação do domínio público municipal para as afetar ao domínio privado do Município, de modo a permitir a sua posterior permuta, nos termos supra expostos, das seguintes parcelas de terreno:

**A)** 55m<sup>2</sup> de terreno, sito ao Portinho de São Pedro, freguesia do Rosário, Concelho de Lagoa, que ficará a confrontar a Norte – Município de Lagoa-Açores; Sul – António José da Silva Martins Vieira; Nascente – Caminho e a Poente – António José da Silva Martins Vieira, no valor de 1.200,00€ (mil e duzentos euros), resultante da avaliação efetuada pelos Serviços Camarários;

**B)** 263m<sup>2</sup> de terreno, sito ao Portinho de São Pedro, freguesia do Rosário, Concelho de Lagoa, que ficará a confrontar a Norte – Manuel dos Reis Ninguém, cabeça-de-casal-herança-de; Sul – Município de Lagoa-Açores; Nascente – Caminho e a Poente – Veríssimo Lopes, no valor de 6.000,00€ (seis mil euros), resultante da avaliação efetuada pelos Serviços Camarários, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro Lei.

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 17 – CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO IMÓVEL SITO À RUA ALMEIDA GARRETT N.º 27 – SANTA CRUZ:**

Pela Câmara Municipal foi presente a informação sobre o contrato de arrendamento do imóvel, sito à rua Almeida Garrett n.º 27 – Santa Cruz, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que a partir do próximo dia 1 de janeiro de 2014, os trabalhadores que prestavam serviço na extinta EML – Empresa Municipal de Lagoa passam a estar afetos ao Município de Lagoa por via do processo de internalização;

Atendendo que as instalações do Edifício dos Paços do Concelho de Lagoa não dispõe de salas suficientes para albergar os funcionários daquela Empresa, torna-se necessário proceder ao aluguer do edifício em frente à Câmara Municipal, pelo que se propõe a celebração de um contrato de arrendamento urbano para fins habitacionais de duração limitada entre o Município de Lagoa e os senhores José Guerreiro de Almeida e Helena Margarida Simas Damião de Medeiros e Almeida, proprietários do imóvel sito à Rua Almeida Garrett, n.º 27, freguesia de Santa Cruz. ”

A Deputada Municipal, Helena Furtado, mencionou que os vinte e seis funcionários afetos à Empresa Municipal não vão estar, certamente, sentados durante todo o dia, pelo que, no seu entender, era um desperdício o arrendamento daquele imóvel, quando a Câmara Municipal disponha de muitos imóveis para aquele fim, nomeadamente as instalações da antiga Biblioteca, que se encontravam subaproveitadas, o Convento dos Frades, entre outros equipamentos.

O Senhor Presidente da Câmara interveio, informando de que respeitava a opinião manifestada pela Senhora Deputada, todavia esclareceu que o edifício dos Paços

do Concelho não tinha capacidade para os receber, ainda que os trabalhadores, oriundos da Empresa Municipal, fossem poucos. Assim, o Serviço de Ação Social ficaria instalado no 1.º piso do imóvel a arrendar, o qual ficava situado mesmo em frente ao edifício dos Paços do Concelho.

Aproveitou a oportunidade para informar que o valor da renda era muito interessante, face à sua localização, dimensão e características, informando, ainda, que, em caso de opção de compra, as rendas poderiam ser reduzidas ao valor do imóvel, pelo que não considerava um desperdício, mas sim um investimento. Esperava que, até ao final do mandato, fosse possível chegar a um acordo com o seu proprietário, no sentido da Autarquia adquirir o imóvel.

Acrescentou que, na verdade, a Autarquia disponha de outros imóveis, mas sem espaços disponíveis, dando o exemplo das salas vazias do Convento dos Frades, que estavam reservadas para o Museu do Presépio, e no que respeitava às antigas instalações da Biblioteca Municipal, estavam ocupadas com o ATL, que funcionava com um elevado número de crianças.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **PONTO N.º 18 – CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO IMÓVEL SITO À RUA DA QUINTÃ:**

Pela Câmara Municipal foi presente a informação sobre o contrato de arrendamento do imóvel, sito à rua da Quintã – Santa Cruz, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que a Irmandade do Divino Espírito Santo do Cabo da Vila, da freguesia de Santa Cruz, devidamente constituída em associação, não possui um “treatro” do Espírito Santo, nem um espaço onde possa guardar os seus pertences e realizar a sua festividade.

Atendendo que a Irmandade Espírito Santo do Cabo da Vila é a mais antiga do concelho de Lagoa e que tem desempenhado um papel fulcral na dinamização e divulgação das tradicionais Festas do Espírito Santo;

Propõe-se a celebração de um contrato de arrendamento com prazo certo entre o Município de Lagoa e a Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa, proprietária do imóvel sito à Rua da Quintã, freguesia de Santa Cruz para cedência à Irmandade do Divino Espírito Santo do Cabo da Vila.”

A Deputada Municipal, Helena Furtado, referiu que considerava o valor de 500€ de renda, mensais, para o imóvel, em questão, demasiado elevado. Atendendo às dificuldades financeiras, daquele momento, ninguém arrendaria aquele imóvel por aquele valor.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **PONTO N.º 19 – DESIGNAÇÃO DE MEMBROS – CONSELHO DE ILHA MUNICIPAL:**

Foi presente o ofício, datado de 21 de novembro do corrente ano, emanado da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, sobre o assunto acima referenciado e cujo teor abaixo se transcreve:

“Informa-se V. Exa. que é intenção promover a instalação do Conselho de Ilha de S. Miguel no próximo mês de janeiro, tendo sido, entretanto, solicitado aos membros, nos termos legais, a indicação dos seus representantes.

No caso da Assembleia Municipal presidida por V. Exa. há que eleger, para além da representação de V. Exa., mais quatro membros eleitos, nos termos da alínea b) do art.º 2.º, Decreto Legislativo Regional n.º 21/99/A de 10 de julho”.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou de que, relativamente àquele assunto, a mesa possuía uma proposta, caso a Assembleia Municipal, assim, a considerasse, dada a natureza dos assuntos que são tratados no Conselho de Ilha Municipal. Assim, e uma vez que eram quatro os elementos a eleger pela Assembleia Municipal, além da representação da Presidente daquele órgão, propôs três elementos do Partido Socialista, designadamente os Presidentes de Junta das freguesias de Água de Pau, José Fernando Costa; Nossa Senhora do Rosário, Gilberto Sousa Borges, e do Cabouco, César Augusto Pacheco, e, ainda, um elemento do Grupo Parlamentar do PSD, pelo que o Senhor Deputado Municipal, Rui Meneses, indicou o nome do Deputado Municipal, Hermano Rego, para integrar o Conselho de Ilha de São Miguel.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, eleger para representação daquele órgão, no Conselho de Ilha de São Miguel, os seguintes Deputados Municipais: José Fernando Medeiros Costa; Gilberto de

Sousa Borges; César Augusto Medeiros Pacheco e Hermano José Tavares de Medeiros Rego.

**PONTO N.º 20 – VOTO DE LOUVOR – 150.º ANIVERSÁRIO DA SOCIEDADE FILARMÓNICA FRATERNIDADE RURAL:**

Sobre o assunto em referência, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal realçou que, ao longo daquele ano de 2013, a Sociedade Filarmónica Fraternidade Rural promoveu uma série de atividades comemorativas do seu 150.º aniversário.

Assim, ao culminar o ano, entendia ser justo, por parte da Assembleia Municipal, prestigiar todo o trabalho desempenhado por aquela sociedade, em prol daquele concelho e que a tornava merecedora do mais vivo apreço e digna de público louvor. Assim, apresentou um voto de louvor pelo 150.º Aniversário da Sociedade Filarmónica Fraternidade Rural, cujo teor abaixo se transcreve:

“Ao longo dos últimos 150 anos, a Sociedade Filarmónica Fraternidade Rural tem desempenhado, com brilhantismo, dedicação e entusiasmo, a sua missão primordial: contribuir para o progresso cultural do concelho de Lagoa, servindo um ideal de cariz musical, concretizado na sua participação assídua em festas religiosas e populares, em concertos, em efemérides e demais ocasiões solenes.

Durante o seu percurso, a Sociedade Filarmónica Fraternidade Rural tem sabido incentivar a cultura musical como valor identitário da comunidade pauense, estabelecendo, assim, uma ligação inequívoca entre as suas gerações mais velhas e as mais novas. Por isso, continua bem viva e, sobretudo, renovada, porque soube adequar o seu repertório às exigências da nossa sociedade, aliando o tradicional ao contemporâneo.

Aos maestros, músicos e indivíduos pertencentes aos órgãos sociais desta instituição, a nossa mais profunda gratidão.

A forma exemplar como tem cumprido a sua função social e cultural torna a Sociedade Filarmónica Fraternidade Rural merecedora do nosso mais vivo apreço e digna de público louvor.

Neste contexto, nos termos regimentais aplicáveis proponho que:

- A Assembleia Municipal de Lagoa delibere dar conhecimento deste voto de louvor aos membros da Sociedade Filarmónica Fraternidade Rural no ativo e aos antigos maestros;

- A Assembleia Municipal delibere divulgar publicamente este voto de louvor.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de louvor pelo 150.º Aniversário da Sociedade Filarmónica Fraternidade Rural.

**PONTO N.º 21 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 3.º TRIMESTRE DE 2013 – EML – EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL E HABITAÇÃO SOCIAL DE LAGOA, E.M.:**

Para conhecimento da Assembleia Municipal, foi presente pela Câmara Municipal as demonstrações financeiras, do 3.º trimestre de 2013, apresentados pela EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, EM.

A Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que pediu a colaboração da Senhora Vereadora, Elisabete Tavares, e, ainda, Presidente do Conselho de Administração da Empresa Municipal de Lagoa, para prestar os necessários esclarecimentos, no que diz respeito aos pontos n.ºs 21 e 22.

A Senhora Vereadora, Elisabete Tavares, no uso da palavra, referiu que antes de passar aos esclarecimentos gostava de esclarecer a Senhora Deputada Municipal, Helena Furtado, no que respeitava à afirmação efetuada por ela - “as antigas instalações da Biblioteca Municipal estavam subaproveitadas.”- Assim, explicou que existiam 62 crianças, em regime de mensalidade, que, diariamente, frequentavam o ATL, em questão. Numa primeira fase, foi aberto um ATL para o 1.º ciclo, mas com a transferência da Biblioteca Municipal para o Convento dos Frades, aquele foi alargado ao 2.º ciclo. Para além daquela situação, “Lagoa.com” apresentava dezenas de entradas, diárias, de utilizadores. Terminou o esclarecimento, dizendo ser necessário rigor quando se proferem publicamente determinadas afirmações.

A Deputada Municipal, Helena Furtado, justificou, referindo que aquelas instalações apesar de serem bastante frequentadas, no seu entender, podiam ser mais bem aproveitadas, se dessem para albergar os trabalhadores da Empresa Municipal.



A Senhora Vereadora, Elisabete Tavares, relativamente ao ponto n.º 21, esclareceu que o equilíbrio de contas estava patente no resultado líquido positivo. Referiu, em jeito de retrospectiva, que até à saída da legislação que ditou a dissolução das Empresas Municipais, o critério que era exigido (equilíbrio de contas) para a sobrevivência das Empresas Municipais, a EML, desde a sua criação, sempre o cumpriu. Com a publicação da nova lei (Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto) as regras mudaram e passou a ditar, que para além de ter o equilíbrio de contas também era necessário ter 50% de receita própria.

Deste modo, naquela demonstração trimestral, estava patente uma taxa de execução de ganhos superiores à taxa de execução de gastos que, em termos de gestão, demonstrava um comportamento de eficiência e de autonomia.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **PONTO N.º 22 – ORÇAMENTO DE 2014 – EML – EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL E HABITAÇÃO SOCIAL DE LAGOA, E.M.:**

Para conhecimento da Assembleia Municipal foi presente pela Câmara Municipal, o Orçamento de 2014, apresentado pela EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, EM. A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Senhora Vereadora, Elisabete Tavares, que esclareceu que a dissolução da Empresa Municipal, se deu por força da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, já que a EML não possuía 50% de receita própria, justificando que nem a podia ter, em virtude de prestar serviços públicos, nomeadamente a manutenção de edifícios escolares e polidesportivos, não obtendo, daquele modo, qualquer receita.

Naqueles termos, o orçamento apresentado era um orçamento de liquidação, dado que a Empresa Municipal não cessava, naquele momento, a sua atividade, mas sim transmitia-a. No fundo, a liquidação de uma Empresa Municipal era uma liquidação atípica, porque pressupunha a continuidade da atividade. Referiu, ainda, que uma empresa comercial quando era liquidada, também era liquidada a atividade.

Para terminar, informou que o orçamento de 300.000,00€ era um orçamento que visava assegurar os compromissos com o passivo, enquanto não fosse possível a transmissão do ativo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Posto isto, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou de que recebeu do executivo camarário um outro assunto que, estando fora da agenda de trabalhos, iria ser incluído, para aprovação, no ponto n.º. 23 – Outros Assuntos.

### **PONTO N.º 23 – OUTROS ASSUNTOS:**

#### **PROPOSTA – DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DOS CHEFES DE DIVISÃO:**

Pela Câmara Municipal, foi presente proposta de atribuição de despesas de representação aos Chefes de Divisão, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

O Estatuto de Pessoal Dirigente dos serviços da administração central, regional e local do estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, consagra o direito ao abono de despesas de representação no montante fixado para o pessoal da administração central, ao pessoal dirigente da administração local.

Porém, a recente adaptação dessa Lei à administração local, através da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, concretamente no seu artigo 24.º, faz depender a atribuição desse abono de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Assim, tendo em vista o respeito pelo princípio de igualdade e não discriminação dos dirigentes da administração local perante os seus congéneres da administração central e regional, proponho que se submeta à aprovação da assembleia Municipal a atribuição das respetivas despesas de representação para o ano de 2014.

Estas despesas de representação concretamente, no valor de 194,79€, valor sobre o qual se aplica, ainda, a redução remuneratória, prevista no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2011, é fixada por despacho do Primeiro-Ministro e do membro do

Governo responsável pela área da Administração Pública e está publicado na Portaria 1153-C/2008 de 31 de dezembro.”

A Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que a legislação previa que, para além do vencimento base, os Chefes de Divisão tinham direito a um valor, referente a despesas de representação.

Acrescentou, ainda, que a atribuição daquele abono teria de ser objeto de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção do Deputado Municipal, André Almeida, dos vinte e seis membros presentes:

**1.º** Aprovar a proposta apresentada de atribuição de despesas de representação aos Chefes de Divisão, de acordo com o n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Deputado Municipal, Frederico Sousa, referiu ser do conhecimento público a audiência do Senhor Presidente da Câmara Municipal e do seu atual executivo com o Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores. Assim, gostaria de saber se o Senhor Presidente da Câmara Municipal estaria disponível para esclarecer aquela Assembleia Municipal acerca do teor daquela audiência, no que dizia respeito ao investimento previsto na carta de obras para o concelho de Lagoa e se tinha sido discutida a atual situação da Fábrica do Álcool e as obras do Porto dos Carneiros.

Acrescentou que gostaria de registar outra situação, ou seja, uma recomendação à Câmara Municipal de Lagoa, para que marcasse o centenário do nascimento do escultor Numídico Bessona, símbolo da entidade lagoense.

A Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que, em relação à segunda questão, informou que iria ver com a sua Adjunta, Dra. Verónica Almeida, a possibilidade de celebrar o centenário do nascimento do escultor Numídico Bessona. Relembrou que aquela Autarquia, no ano de 2005, já tinha promovido uma exposição do referido escultor.

Quanto à audiência com o Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, que teve lugar no dia 16 de dezembro, informou que, para além da apresentação de cumprimentos, por parte da Câmara e Assembleia Municipal, foi também colocado um conjunto de preocupações, à semelhança do que já havia sido feito aquando da tomada de posse do Governo Regional, não se tendo obtido respostas concretas para algumas das situações colocadas, pelo que se entendeu ser a altura ideal para voltar a debater as mesmas.

Sumariamente, as questões colocadas prenderam-se com projetos do interesse comum, que, em janeiro daquele ano, já haviam sido colocadas, nomeadamente a instalação do Museu do Presépio Açoriano e o passeio marítimo do concelho de Lagoa, que se pretendia que o Governo Regional apoiasse os 15% não financiados pelo Procovergência. Contudo, e como, ainda, não se conhecia o atual quadro comunitário, aqueles assuntos seriam analisados numa fase posterior.

Referiu que foram, também, colocados três compromissos, que fizeram parte da campanha eleitoral, do Partido Socialista, designadamente:

- 1.º A requalificação da Escola Padre João José do Amaral, que se encontrava em mau estado de conservação;
- 2.º A creche de Água de Pau, em que já existia terreno para a sua edificação e projeto aprovado, no entanto a sua construção tinha sido empurrada para os anos seguintes.
- 3.º Requalificação e ampliação do Porto dos Carneiros. Salientou, que a Câmara Municipal, naquele ano, desenvolveu um estudo de viabilidade, referente à obra de ampliação, o qual foi enviado, no mês de setembro, ainda antes das eleições, ao Governo Regional, para que o Departamento de Pescas procedesse à sua análise. No fundo, a pretensão da Câmara Municipal era que aquele projeto fosse incluído no próximo quadro comunitário, pois, de acordo com o referido estudo, estavam em causa cerca de nove milhões de euros. Apesar de ser um grande investimento, face à atual conjuntura económica, entendia ser uma obra fundamental para a requalificação daquela zona, para a proteção do Complexo de Piscinas, permitindo a criação, no futuro, de condições para a instalação de um pequeno núcleo de recreio náutico.

Acrescentou, também, que foi discutida a situação das intempéries, ocorrida em fevereiro de 2013. Focou que aquela ocorrência veio a confirmar um conjunto de situações, que a Autarquia havia alertado que não estavam bem. Na freguesia de

Água de Pau, por exemplo, todas as vezes que chovia muito, era arrastada lama para o interior da freguesia, o que achava inconcebível. Mencionou que o Governo Regional executou as Scut's, e ninguém conseguiu, ainda, resolver o problema, porque antes da existência das mesmas aquilo não sucedia, o que levava a concluir que a situação tinha a ver com as intervenções que ali tinham ocorrido. Concluiu, dizendo que a Autarquia investiu, naquela freguesia, só em saneamento básico, quase seis milhões de euros.

Foi também debatida a situação da Rua de São José, na freguesia da Ribeira Chã, uma situação que preocupava bastante aquele órgão executivo. Referiu que a Autarquia já possuía um terreno, com um estudo elaborado para um loteamento, de modo a transferir as habitações, que estavam em risco, para aquele local, tendo sido, também, aquele estudo enviado ao Governo Regional.

Outra situação abordada, foi a situação dos 33 fogos, que foram construídos na Longueira, ao abrigo de um contrato entre o INH e o Governo Regional, em que competia ao Governo Regional financiar 40% dos custos daqueles fogos. A Câmara Municipal assumiu o empréstimo, ficando o Governo Regional de transferir os encargos, resultantes do mesmo, o que até àquela data, ainda, não se tinha verificado, tendo os encargos ascendido a 370.000,00€, pois, aquele valor estava a fazer falta ao Município, o qual já tinha efetuado o seu pagamento a uma instituição bancária.

Realçou que existia outra situação semelhante e que se prendia com a construção do novo arruamento de acesso à Caloura, em Água de Pau. A Autarquia celebrou o contrato com a empresa adjudicatária, em 2012, e o Governo Regional, através de um contrato ARAAL, comprometeu-se a transferir o valor de 100.000,00€. O certo era que, até àquela data, ainda não tinha havido qualquer transferência, por parte daquele contrato ARAAL e, consequentemente, o empreiteiro ainda não tinha recebido, situação que se estava a tornar insustentável, uma vez que tinha ameaçado debitar juros de mora pela falta de pagamento.

Por fim, também, foi abordada a carta de obras públicas, que nos dá a perspetiva das obras a realizar nos Açores, para os próximos três anos. Foi manifestada alguma preocupação por falta de investimentos previstos para o concelho, tendo sido transmitido aos presentes que não constava da referida carta tudo o que iria ser executado, encontrando-se, apenas, inscritos os projetos em que havia a certeza de que iriam avançar. No entanto, era uma situação que não deixava de ser

preocupante, dado que a Lagoa era um concelho com grandes tradições na construção civil, havendo um grande número de trabalhadores que se encontrava empregado naquela área. Entendia, assim, que a economia só conseguiria melhorar se houvesse um forte investimento na construção civil.

Destacou, também, o facto de o Governo Regional ter feito algumas pequenas obras, na recuperação de habitações, recorrendo a empresas de outros concelhos, que causaram algum mau estar, junto dos empresários locais.

Concluiu, dizendo que aquelas foram as situações discutidas na audiência com o Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores.

O Deputado Municipal, Frederico Sousa, questionou, ainda, se tinha havido algum desenvolvimento na referida audiência sobre o processo da Fábrica do Álcool.

Sobre o assunto, o Senhor Presidente da Câmara informou de que, na última reunião camarária, foi deliberado constituir um grupo de trabalho, de forma a analisar a situação, naquele momento, e propor um conjunto de medidas ou destinos a dar à Fábrica do Álcool. Para além da coordenadora, que era a Senhora Vereadora Cristina Decq Mota, foi proposto um conjunto de pessoas, de diferentes áreas de formação, que não estava ligado à política e que poderia dar um bom contributo naquela matéria, a saber, Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Susana Maria Goulart Pereira da Costa; Luís Filipe Ruas Madeira de Vasconcelos Franco; Pedro Daniel Melo Leite; Flávio Gomes Borges Tiago e Diogo Manuel Sampaio e Paiva da Rocha Peixoto.

O referido grupo de trabalho disponha de um prazo de noventa dias para apresentar um relatório, que depois seria discutido quer ao nível da Câmara Municipal, quer ao nível da Assembleia Municipal, também seria alvo de discussão pública, de forma a colher, igualmente, contributos por parte da opinião pública, informando que, desde aquele momento, se aceitariam sugestões. Numa segunda fase e, após a conclusão do documento, que deveria ser consensual, seria submetido ao acionista, que, naquele momento, era propriedade do Governo Regional, através da Sociedade Ilhas de Valor.

O Deputado Municipal, Gilberto Borges, referiu que, no âmbito do orçamento e do plano de atividades, constatou que estavam previstas algumas reduções de taxas, uma das quais era a redução da taxa da água para famílias numerosas. Assim, gostava de saber a partir de quantos elementos se considerava uma família numerosa.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, durante o primeiro semestre, a Autarquia iria apresentar o novo conceito de tarifário. Naquele momento, ainda, não estava em condições de responder ao Senhor Deputado Municipal, Gilberto Borges. Sabia que existia uma associação de famílias numerosas, que definia o que considerava se uma família numerosa, mas, que, naturalmente, aquele seria um assunto a ser analisado, com muito cuidado, para não desvirtuar o conceito de família numerosa. Para além disso, também, iria ser analisada a componente social.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**

De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que estava aberto o período de intervenção ao público, e que o munícipe, Carlos Augusto Furtado, manifestou, antes do início dos trabalhos, a intenção de intervir, passando-lhe, assim, a palavra.

O Senhor Carlos Augusto Borges saudou todos os presentes e, de seguida, desejou a todos os Deputados Municipais as maiores felicidades, para os cargos de que foram investidos.

Posteriormente, agradeceu a sua designação para integrar o Conselho Local de Segurança, referindo que iria procurar corresponder às expetativas.

Referiu, ainda, que, naquela sessão, foi discutido o Orçamento para o próximo ano, e podia constatar, pelas declarações do Senhor Presidente da Câmara, que tinha sido dada, novamente, bastante atenção à questão da empregabilidade do concelho. De facto, a Lagoa deparava-se com graves problemas ao nível do desemprego e constatou, com agrado, a dotação, para que o Município continue a apoiar os programas de emprego, ou, pelo menos, manter os mesmos.

Relativamente às taxas de ocupação da via pública, sugeriu que, para além do bom senso, fosse tida em consideração a Lei das Acessibilidades, em que todos os passeios teriam de possuir, pelo menos, 1,20m de largura.

Para terminar a intervenção, referiu que gostaria de felicitar o Senhor Presidente da Câmara, por ter conseguido a aprovação, por unanimidade, do orçamento para 2014, reconheceu que houve uma certa habilidade política. Acrescentou, também,

que o Senhor Presidente da Câmara conseguiu, naquele momento fazer que todos fossem – “ Lagoa a 100%”- o que não tinha conseguido, há algum tempo atrás.

De seguida, o Senhor Presidente interveio, referindo que, no que dizia respeito ao assunto dos passeios, estavam todos de acordo.

Quanto aos programas ocupacionais, informou que, naquela data, existiam 162 trabalhadores ao serviço da Autarquia, provenientes de diferentes programas, sendo que muitos daqueles trabalhadores iriam prestar serviço, quase até ao final do próximo ano, com diferentes datas de conclusão. Realçou que, no orçamento do próximo ano, existia dotação orçamental para permitir manter aquele tipo de programas; no entanto, esclareceu que existia um limite, do ponto de vista operacional, pois era difícil gerir todos aqueles meios. Evidenciou que, ao longo do próximo ano, de acordo com os meios, a Câmara Municipal iria apresentar mais candidaturas, ou seja, a Autarquia iria manter aqueles programas ocupacionais e, se possível, iria renovar os mesmos.

A Deputada Municipal, Ana Paula Andrade, esclareceu que a Câmara Municipal da Lagoa era a Autarquia com maior taxa de execução, em termos de programas ocupacionais.

Terminadas as intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia questionou se havia mais alguém que pretendesse intervir, não se tendo verificado nenhuma intenção por parte dos presentes.

De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu, novamente, a presença de todos, desejando a continuação de umas boas festas e um feliz ano novo, de 2014, com muita saúde e prosperidade.

Posteriormente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio para desejar, igualmente, umas Boas Festas e um Próspero Ano Novo.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e duas horas e trinta minutos, foi dada por encerrada esta sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

---



A PRIMEIRA SECRETÁRIA

---

A SEGUNDA SECRETÁRIA

---